

E é tudo isso em unidade e dualidade, podendo-se entendê-lo como *homo complexus*.

O quarto ensinamento diz respeito à identidade terrena. A religação deve substituir a disjunção e apelar à sabedoria de vivermos juntos. Aqui a reflexão sobre a *unidade/diversidade* remete à história humana. O autor descreve contracorrentes que evidenciam novas formas de solidariedade e responsabilidade, estimulando a unidade da diversidade contra a bestialização do pensamento único. O quinto pilar refere-se ao confronto da incerteza que é complexa e composta pelos circuitos *risco/precaução, fins/meios e ação/contexto*. Quando uma ação interage com o contexto, ela sai do domínio de quem a fez, gerando outros significados e consequências imprevisíveis. Assim, o avanço histórico inicia-se muitas vezes no particular e microcômico. O sexto saber é o ensinamento da compreensão que requer empatia, abertura e generosidade. Por outro lado, o egocentrismo, o etnocentrismo e o sociocentrismo reduzem conhecimentos complexos a impressões pré-concebidas. A educação deve atentar não somente para os obstáculos à compreensão, mas para as metaestruturas de pensamento.

O sétimo saber, *a ética do gênero humano*, apresenta o conceito de comunidade planetária e a necessidade de uma ética para a Humanidade. A educação deve conduzir à antropoética, considerando o caráter ternário da condição humana: *indivíduo/sociedade/espécie*. A ética *indivíduo/espécie* necessita do controle mútuo da sociedade pelo indivíduo e deste pela sociedade, ou seja, a democracia; a *ética indivíduo/espécie* convoca a cidadania terrestre. O desenvolvimento humano deve compreender o conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana.

Enfim, a educação do futuro exige um esforço transdisciplinar para integrar ciências e humanidades, rompendo com a oposição entre natureza e cultura. Urge assumir esse desafio cognitivo para não sucumbir à fragmentação e aos paradoxos neoliberais que globalizam de um lado e excluem do outro.

Recebido em: 05/03/2009 / Aceito em: 24/04/2009.

- MALUF, M. R. e GUIMARÃES, S. R. K. (Orgs.) (2008). *Desenvolvimento da Linguagem Oral e Escrita*. Curitiba: Editora UFPR, 322 p.

Maria José dos Santos¹
Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão

O livro tem sua origem nas atividades dos membros de um dos grupos de trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia

¹ Prof. Adjunto de Psicologia da Educação. Contato: Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 1.564, ap. 42R, Bela Vista - CEP 01318-002 - São Paulo, SP. Tels. (11) 3284-8927 / (64) 3442-4504. E-mail: majossantos@hotmail.com

(ANPEPP). Divide-se em duas partes: Desenvolvimento da Linguagem Oral e Desenvolvimento da Linguagem Escrita.

A primeira consiste em três capítulos, que tratam, de forma clara e precisa, do processo evolutivo da linguagem oral, oferecendo informações teóricas e modelos metodológicos que inspiraram este e outros estudos na área. O primeiro capítulo, de autoria de Luciana Fontes Pessôa e Maria Lucia Seidl de Moura, discute o papel do outro na aquisição da linguagem oral, destacando a influência da fala materna nesse processo. As autoras apontam características específicas da mãe e do bebê que favorecem o processo de comunicação entre eles e permitem a regulação mútua dos comportamentos de ambos. Mostram que, nas trocas entre mãe e bebê, têm início a construção do conhecimento, no caso, por parte da criança. Cabe destacar os eventos que a cercam e o processo de aquisição da linguagem.

O segundo capítulo, de Zena Winona Eisenberg, apresenta o conhecimento da Psicologia e da Linguística acerca do desenvolvimento da linguagem e dos conceitos temporais. Dentre esses conceitos, focaliza aqueles que traduzem a noção de distanciamento do “agora”, ou seja, os que permitem à pessoa se transportar para um tempo ausente (passado ou futuro), designado como *tempo deslocado*.

Lídia Suzana Rocha de Macedo e Tania Mara Sperb escrevem o terceiro capítulo, no qual apresentam resultados de um estudo sobre o desenvolvimento da habilidade da criança para narrar sua própria experiência. A análise da interação verbal desta com suas mães mostrou que contar histórias para as crianças e, sobretudo, a prática de falar com elas sobre o passado ou sobre o que aconteceu durante os períodos temporais, facilita a tarefa de aprender a narrar a própria experiência.

Os doze textos que compõem a segunda parte do livro, como já foi referido, discutem o desenvolvimento da linguagem escrita. O quarto capítulo, de Sandra Ataíde Ferreira e Maria da Graça B. B. Dias, apresenta resultados de uma pesquisa que verificou as condições, modelos e concepções de leitura, dentro e fora da escola, de 120 alunos de uma instituição pública do nordeste. A análise dos resultados revelou que o professor não é tomado como modelo de leitor pelos alunos. As autoras apontam a importância do livro didático como suporte para favorecer a entrada deles no mundo letrado, uma vez que o material impresso é mais acessível aos estudantes investigados. Os resultados também sugerem a existência de uma distância entre o ensino da leitura e a diversidade de seus propósitos sociais, havendo, na própria escola, a preponderância da concepção da leitura como decodificação e não como prática social ou interlocução.

Antonio Roazzi, Cláudia N. G. Justi e Francis R. R. Justi discutem, no capítulo quinto, como duas classes de modelos do reconhecimento visual de palavras (Dupla Rota em Cascata e Processamento Paralelo Distribuído) explicam fenômenos da leitura, tais como o efeito de frequência, de regularidade, de lexicalidade e de vizinhança ortográfica no português falado no Brasil. Além de apresentar de forma clara e precisa esses importantes modelos de reconhecimento visual das palavras, os autores explicam como tais modelos poderiam acomodar resultados de estudos realizados no citado português.

O sexto capítulo é de autoria de Maria Regina Maluf em colaboração com Jean Emile Gombert, da Universidade de Rennes 2, na França. Os autores expõem o modelo de desenvolvimento metalinguístico desenvolvido por Gombert em 1990 e revisto por ele em 2006, mostrando que a aprendizagem implícita é um processo pelo qual os comportamentos se adaptam progressivamente às características do meio com o qual o indivíduo interage. No modelo do processo evolutivo metalinguístico revisto, Gombert apontou a importância dos conhecimentos implícitos na aquisição da linguagem escrita. Esse modelo representa um novo modo de compreender os processos de aprendizagem da dessa linguagem e oferece subsídios para práticas mais eficientes de alfabetização.

No capítulo sete, Cláudia Cardoso-Martins, Marcela Fulanete Corrêa e Patrícia Maria Torres Marchetti relatam resultados dos estudos que investigaram a importância do conhecimento do nome das letras na descoberta da relação entre a escrita e a fala, por aprendizes do português escrito. Esses estudos apresentam evidências de que crianças e adultos falantes do português no Brasil beneficiam-se do conhecimento do nome das letras para conectar a escrita à fala. As autoras questionam a adequação do modelo de estágio proposto por Emília Ferreiro para descrever o desenvolvimento inicial da escrita, apontando o modelo de Ehri como explicação mais parcimoniosa para as escritas silábicas.

Ana Luiza G. P. Navas discute a influência da evolução do processamento fonológico no desempenho de decodificação de palavras e compreensão de leitura. Tal processamento envolve habilidades de discriminação auditiva de contrastes, memória e consciência fonológicas, nomeação automática e rápida de estímulos visuais, sofrendo a influência da instrução alfabética e das competências cognitivas.

A seguir, Sylvia D. Barrera e Daiana A. Placiteli relatam uma investigação sobre a influência do treinamento em consciência fonológica na aquisição da escrita, em crianças de seis a quatorze anos com dificuldades na aprendizagem. Os resultados mostraram que os alunos que realizaram atividades para desenvolver a consciência das propriedades fonológicas das palavras apresentaram melhoria no desempenho em tarefa de escrita.

Os capítulos dez e onze mostram evidências empíricas do papel das habilidades de consciência morfológica e de morfossintática no processo de alfabetização. Márcia M. P. E. Mota discute aspectos teóricos e metodológicos acerca do desenvolvimento da consciência morfológica, entendida como habilidade de refletir sobre os morfemas e seu aporte para aquisição da linguagem escrita. Considera que a natureza da relação entre consciência morfológica e aquisição daquela linguagem precisa ser melhor explorada, particularmente no caso do português falado no Brasil, uma vez que a literatura nacional apresenta poucos estudos nessa área. Sandra R. K. Guimarães trata da relação entre oralidade e escrita, destacando a influência da variação linguística e da consciência morfossintática na aquisição e aperfeiçoamento da linguagem escrita. Relata os resultados de uma pesquisa, mostrando que diferenças do desempenho em leitura e escrita podem estar relacionadas com o desenvolvimento da consciência morfossintática e com índices de variação linguística.

A escrita ortográfica é discutida nos capítulos doze e treze. Bianca Queiroga, Lúcia Lins e Antonio Roazzi relataram um estudo que avaliou o desempenho ortográfico e o conhecimento de aspectos morfossintáticos da ortografia do português. Os resultados sugeriram a inexistência de uma sequência de apropriação linear na utilização das regularidades de contexto morfossintático e uma estreita conexão entre a habilidade de refletir sobre os aspectos morfossintáticos e a apropriação de princípios ortográficos desta natureza. Os autores finalizam o texto fazendo uma rápida, mas interessante reflexão sobre implicações pedagógicas dos conhecimentos resultantes das pesquisas apresentadas. No capítulo treze, Maria José dos Santos, Maura S. Zanella e Maria Regina Maluf fazem uma revisão das pesquisas sobre a aprendizagem da ortografia do português falado no Brasil. As pesquisas analisadas mostram que o aprendiz utiliza estratégias diversas na busca de regularidades do sistema ortográfico. Explicitar os conhecimentos ortográficos que o aprendiz possui são condições necessárias e fundamentais no processo de ensino dessa norma.

A partir da abordagem do processamento de informação e da psicolinguística, Jerusa F. Salles, aborda os processos de leitura e escrita de palavras e textos e seu desenvolvimento em crianças. Apresenta e analisa onze formas/instrumentos de avaliação que têm sido utilizadas em pesquisas nacionais que investigam habilidades da leitura e escrita em crianças das séries iniciais de escolarização. Considera a necessidade dos instrumentos utilizados nas avaliações estarem apoiados em modelos teóricos explicativos que possam oferecer também indicação de intervenção. No capítulo seguinte, Verônica Branco e Sandra R. K. Guimarães discutem o que consideram como mitos e verdades na relação da Psicologia com a alfabetização. As autoras propõem um estudo

da integração dos conhecimentos já produzidos a respeito da alfabetização, para que se possa sanar ou minimizar os problemas de aprendizagem da linguagem escrita com os quais nos deparamos.

O livro oferece relevante contribuição para o avanço do conhecimento sobre desenvolvimento da linguagem oral e escrita e se constitui em importante veículo de difusão dos progressos na área. A independência dos capítulos favorece sua utilização em seminários e trabalhos acadêmicos.

Recebido em: 25/02/2009 / Aceito em: 06/03/2009.

• SPERB, T. & MALUF, M. R. (orgs.) (2008) *Desenvolvimento sociocognitivo: estudos brasileiros sobre "teoria da mente"*. São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica.

Eliana Cristina Gallo-Penna¹
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

O presente livro consta de uma coletânea de trabalhos brasileiros sobre o tema, cujos autores, em sua maioria, pertencem ao Grupo de Trabalho: *Desenvolvimento sociocognitivo e da linguagem na criança* da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação).

É organizado por Tânia Sperb e Maria Regina Maluf, ambas com relevante conhecimento e experiências em pesquisas sobre a matéria, cujas raízes remontam os cursos de pós-graduação por elas realizados tanto no Brasil quanto na Inglaterra e Bélgica, respectivamente.

Os trabalhos constituem-se de valiosas reflexões e pesquisas descritas em forma clara, objetiva e didática, o que permite a compreensão dos principais fatores relacionados ao estudo da teoria da mente no contexto previsto. Em forma reflexiva e estimulante na apresentação, as autoras, após fazerem uma apreciação do tema, destacam alguns questionamentos sobre a origem filogenética desse assunto, os aspectos socioculturais que permeiam as práticas de socialização da linguagem e, por último, as influências das relações sociais no desenvolvimento da teoria da mente.

Na sequência, as autoras apresentam um breve panorama dos oito capítulos que compõem essa obra; salientam que o estudo da teoria da mente envolve profissionais de diferentes áreas compromissados com o entendimento da cognição social.

Compreendendo estados mentais: como procedimentos de pesquisa a partir da tarefa original de crença falsa, Domingues e Maluf apresentam um breve

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação da PUC-SP e integrante do grupo de pesquisa EIDEP (Escolarização Inicial e Desenvolvimento Psicológico) Contato: Alameda Azul, 318 – Grande Horizonte, Uberaba – MG - CEP 38057-070. Tels.: (34) 3315.5692/ 9194-2989. E-mail: lia.gallo@ terra.com.br